



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social**

**Sub-eixo: Questão Ambiental**

**PROTEÇÃO SOCIAL VERSUS DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE O AVANÇO  
DO AGRONEGÓCIO NO TERRITÓRIO POTIGUARA**

**THIERRY PADILHA FREIRE VIEIRA<sup>1</sup>**

**EMANUEL LUIZ PEREIRA DA SILVA<sup>2</sup>**

**RESUMO:**

Este artigo consiste em uma apresentação preliminar dos dados da pesquisa de dissertação de mestrado intitulada: Proteção social ampliada, etnoconhecimento e agronegócio: um estudo no território indígena Potiguara da Paraíba e objetiva, compreender o avanço do agronegócio nas aldeias da Terra Indígena Potiguara e Mot-mor, lócus do Povo Potiguara da Paraíba, analisando os delineamentos provocados pela política de expansão econômica. Temos como sustentáculo metodológico, a epistemologia Marxiana fundada no método do materialismo histórico dialético, norteado pela triangulação de instrumentos e técnicas, envolvendo a pesquisa de campo, documental e bibliográfica, configurada ao viés qualitativo da pesquisa social. O atual contexto socioterritorial dos Potiguara, é produto dos diversos momentos de territorialização do capital, quanto política de expansão econômica comercial. A desproteção social, é o que dar substrato para a realização dos reordenamentos espaciais, incumbidos pela reconfiguração da dinâmica local, da formação sociocultural, que passam a ser plasmadas numa perspectiva de obtenção do controle sobre os corpos e a natureza. Estes indicadores, apontam para o despojamento da cultura e da biodiversidade, adensando o processo de entogenocídio com a reconversão da produção firmada na cadeia produtiva canavieira. A canicultura, é a forma mais aparente do capital no contexto hodierno Potiguara, todavia, existem outros modos de apropriação que devem ser compreendidos e que também refletem no uso e na vivência dos espaços.

**Palavras chaves:** Território Potiguara. Agronegócio. Proteção social.

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba

<sup>2</sup> Universidade Federal da Paraíba



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## ABSTRACT:

This article consists of a preliminary presentation of the data from the master's dissertation research entitled: Expanded social protection, ethnoknowledge and agribusiness: a study in the Potiguara indigenous territory of Paraíba and aims to understand the advancement of agribusiness in the villages of the Potiguara and Mot-mor Indigenous Land, locus of the Potiguara People of Paraíba, analyzing the outlines caused by the economic expansion policy. We have as a methodological support, the Marxian epistemology ending in the method of dialectical historical materialism, guided by the triangulation of instruments and techniques, involving field, documentary and bibliographic research, configured to the qualitative bias of social research. The current socio-territorial context of the Potiguara is a product of the various moments of territorialization of capital, as well as the policy of commercial economic expansion. Social deprivation is what provides the basis for spatial reorganizations, which are responsible for reconfiguring local dynamics and sociocultural formation, which are shaped by a perspective of gaining control over the land and nature. These indicators point to the deprivation of culture and biodiversity, deepening the process of entongocide with the reconversion of production based on the sugarcane production chain. Caniculture is the most apparent form of capital in the current Potiguara context; however, there are other modes of appropriation that must be understood and that also reflect on the use and experience of spaces.

**Keywords:** Potiguara Territory. Agribusiness. Social protection

## 1. INTRODUÇÃO

Se caminarmos pelas 33 aldeias Potiguara, é perceptível notar os canaviais entre os trajetos, fronteiras e até mesmo, no próprio âmbito dos aldeamentos. Na PB 41, rodovia que liga as cidades as aldeias, cortando a Terra Indígena Potiguara e Mont-mor ou no percurso das aldeias Estiva Velha, Jacaré de César, Silva da Estrada, Silva de Belém, Tracoeira, São Francisco, Santa Rita e Laranjeira, podemos observar a ocupação de quase todo espaço por plantações canavieiras, que quando vislumbradas, parecem um oceano, com uma infinitude espacial transcendente a capacidade ótica humana de mensuração.

No decurso das décadas, as paisagens do território em que habitam os Potiguara, vem sendo alteradas. Onde se havia matas, hoje o que se há, são plantios de cana de açúcar, uma das formas de apropriação capitalista engendrada no território com avanço da política de expansão comercial econômica sobre as terras indígenas e intensificada, a partir da instauração

agroindustrial nos entornos e sobre dada porção territorial, envolvendo processos de reorganização espacial, que a com a fragilização da proteção social, possibilita modificações nas relações sociais, no modo de existir e de ser dos nativos em comunidade e no que tange, as formas de uso e visualização dos recursos naturais.

O sistema capitalista não é estático, sobrevive da exploração dos meios de produção e de constantes mudanças, de expansões e reestruturações territoriais, imprimindo outros métodos de produção, em detrimento da dissolução dos antigos sistemas de subsistência e existência dos espaços sobre os quais acomete. “No que diz respeito ao ambiente natural, o capitalismo o percebe não como algo a ser valorizado e apreciado, mas como um meio para os fins supremos de obtenção de lucro e acumulação de mais capital” (Angus, 2023, p. 132). Para fins analíticos: Como se dá a distribuição do território, da população, dos recursos no sistema político-econômico atual e quais as mudanças mais recentes que tem sofrido o lócus espacial Potiguara? Quais as ações de poder político resultam em processos de reordenamento territorial no constructo socioespacial em que vivem os Potiguara?

As causas dos reordenamentos territoriais, podem ser compreendidas através de uma leitura de mundo que permita a visualização dos objetos e fenômenos sociais para além do substrato material presente nas estruturas erguidas a partir de ações e intencionalidades humanas no que diz respeito ao usufruto do território. Por tanto buscou-se compreender, partindo de uma olhar holístico imbricado ao método do materialismo histórico dialético de Marx, o avanço do agronegócio no território Potiguara e sua relação com os conflitos socioterritoriais nas aldeias da T.I Potiguara e T.I Mont-mor, delineando os processos de territorialização e desterritorialização acometidos pela política de expansão econômico, analisando as formas de apropriações capitalistas sobre os espaços.

Essa análise, é vinculada ao paradigma da proteção social, levando-nos ao campo do Serviço Social brasileiro, materializado nas políticas sociais e a reflexão a respeito do papel do Estado nacional, diante dos diversos ataques que o Povo Potiguara tem sofrido no decursos das décadas com a chegada do agronegócio na região, que ferozmente, derruba as matas, cerca os espaços para a extração dos recursos, despoja a cultura e a forma de existir local, para o controle dos corpos e da natureza, numa direção de ajusta-los a lógica mercantil elucidada pelo ideal ocidental de sociedade.

## **1. A PRESENÇA DO CAPITAL EM TERRAS POTIGUARA**



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Desde o contato com as caravelas portuguesas, holandesas e francesas, o território Potiguara tem passado por embates e alterações ecológicas e culturais. Nos últimos anos, os conflitos socioambientais e socioculturais giram entorno da territorialização forçada da agroindústria da monocultura canavieira, geradora de processos sobre estes territórios, como elenca Pilotot e Yogi (2022) – conflitivos e disjuntivos.

A associação da agroindústria álcool-açucareira com os espaços étnicos, é meramente mercadológico, vinculada a exploração da terra e da subalternização das famílias Potiguara, seja como fornecedores da matéria prima, quer seja com a venda da força de trabalho, fomentando um ciclo de domínio sobre a estrutura social, econômica e ecológica do lugar, sob padrão de desenvolvimento econômico capitalista, dando forma a um novo molde de sociabilidade.

Com as subsunções provocadas pela globalização e modernização ocidental, os modos heterogêneos de existir, passam ser uniformizadas e ditados pela competitividade, justaposição de classes ou de grupos sociais. Cria-se no território Potiguara camadas sociais organicamente entrelaçadas a lógica moderna da natureza do lugar, reduzindo as relações sociais, ao viés econômico, individualizado e de exploração.

Neste sentido, classificamos essas camadas em (4) quatro categorias: a) Fornecedores de grande porte: aqueles com altas produções de matéria prima, apresentando maiores extensões de terras cultivadas sob a cadeia produtiva da monocultura canavieira; b) Fornecedores de médio Porte; Produtores que não sobrevivem majoritariamente da canicultura, possuindo poder aquisitivo não estrito ao uso da terra. Embora parte da renda não esteja ligada a cadeia produtiva da cana de açúcar, produzem matéria prima em escala superior quando comparados, aos grupos de fornecedores de pequeno porte, considerando o nível de produção e de terra, mas abaixo de todos os números apresentados pelos grandes produtores. c) Fornecedores de pequeno porte: com menores porções de terras e baixa produção de matéria prima; D) Agricultores: sobrevivem do cultivo da lavoura branca e de programas de transferência de renda (Bolsa Família), ocupando as menores extensões de terra, compelidos a subordinação da força de trabalho aos Fornecedores de médio e grande porte e muitas vezes, as usinas álcool-açucareiras.

Este movimento de subsunção pela expropriação material e imaterial do lugar, produzem paradoxos. Ao analisar-se a história Potiguara, percebemos que é marcado por conflitos socioterritoriais pela garantia do usufruto da terra como forma subsistência e existência, num sentido não mercadológico, mas de uniformidade, entre comunidade e natureza, coexistindo no âmbito material e do supranatural entrelaçados como ser vivo cosmológico.

se a gente não tem as matas, como é que a gente vai ter nossos espíritos? Ter encontro com nossos espíritos? Porque a natureza está ali protegendo a gente, os encantados estão ali. Os indígenas só vivem através da natureza. É a natureza quem dá esse ar puro para nós. A natureza é quem dá esse conhecimento para nós. (Liderança Potiguará, 2024)

Nas últimas duas décadas, a produção canavieira tem se lastrado, alterando as paisagens, os espaços vividos. Onde se havia uma diversidade de espécies nativas de árvores, frutos e animais, na atualidade, deu-se espaço a matas de cana-de-açúcar. Neste constructo analítico, Palitot e Yogi, (2022), apontam este paradoxo em uma direção epistemológica que nos permite enxergar o processo de subsunção que o capital tem gerado nas aldeias Potiguaras.

A dialética que endossa esta discussão, perpassa pela reconversão da produção e transformações nas sociabilidades, marcada por litígios e territorialização das agroindústrias nos entornos das aldeias e sobre parte do território não demarcado, processo que se dá dentro toda a história de luta dos Potiguaras na busca da garantia e manutenção da terra.

As usinas de moagem de cana-de-açúcar, são as principais forças motoras do agronegócio no litoral norte paraibano, instauradas no século XX, sob o ideário desenvolvimento local, projeto restrito ao viés econômico, centralizado na expropriação da terra, da cultura, símbolos e ritos, alicerces da natureza do lugar que, são subtraídos com avanço do modelo de sociedade capitalista.

Presente em solo brasileiro desde os tempos da colonização, a cana-de-açúcar é uma atividade altamente subsidiada pelo Estado; em determinadas conjunturas o subsídio é direto: dos cofres públicos para as contas privadas; em outras é indireto: investe-se em infra-estrutura e criam-se as facilidades para a produção, seja do açúcar, ou do álcool (Santana, 2012, p. 12).

O bojo deste movimento desenvolvimentista, está machado de sangue, marcado por diásporas, resultado de uma conjuntura que conduz o Estado como instrumento opressor e modelar das relações sociais, do sistema de proteção social às arestas mercadológicas, sob perspectiva de amortização das tensões sociais, o que permite o alinhamento das políticas sociais e econômicas, aos ditames do mercado.

Está claro, que o território Potiguará no transcurso dos séculos, como em sua história mais recente, tem perpassado por reorganizações socioterritoriais, ora como sinônimo de resistência, outrora como resultado de tentativas e avanços do capital. Os processos de territorialização, nada mais são que – um movimento desconstrução e reorganização social, de instaurações de outras formas de culturas sociais e econômicas. “O território dos Potiguaras situa-se, portanto, numa região de ocupação colonial antiga e atravessada por diferentes processos de territorialização” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p. 28 apud PALITOT E YOGI, 2022, p. 370)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

As reorganizações estruturais, é uma das molas propulsoras do paradoxo Potiguara entorno da cadeia produtiva da monocultura de cana de açúcar. Politot e Yogi (2022), explicitam (3) grandes processos históricos no âmbito Potiguara de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, sob o cerne eurocêntrico de desenvolvimento: (1) No século XVII: é instaurado no território, o modelo da plantation agroindustrial, projeto balizado na introdução de engenhos de cana de açúcar e da própria monocultura; (2) As portas da segunda década do século XX, se estabelece a Companhia Rio Tinto, sobre as Terras Indígenas de Mot-mor e Potiguara; (3) em meados dos anos 70, ocorre o processo de reterritorialização pela monocultura canavieira, com o modelo agroindustrial baseado em usinas de álcool e açúcar.

A ascensão do agronegócio no ceio Potiguara com o aquecimento da manufatura açucareira, envolveu o cercamento das terras indígenas, isto é, a privatização das terras públicas em nome do desenvolvimento socioeconômico agroindustrial. É uma questão, em que se destaca a legislação da época com os licenciamentos que permitem aos grandes proprietários, nesse sentido, as usinas e os arrendatários a exploração e o direito de expulsar os Potiguara do solo em que trabalhavam com sua própria força de trabalho familiar.

a usina veio destruir isso aqui tudinho para prantar cana e nós como agricultor fiquemo sem terreno pra trabalhar só era cana e a gente vigiado com os capanga da usina tudo de doze além de anda com doze nas costa com revolve e pistola que a gente via. (Liderança Potiguara, 2024)

O atual panorama sociocultural e econômica da região, marcado pela reestruturação e redução das múltiplas dimensões socioterritoriais, ao conceito de globalização e modernização capitalcentrica, na qual a terra é produto mercadológico e desenvolvimento, é sinônimo de “crescimento” econômico, são resultados de violentos processos de territorialização do capital no transcurso histórico Potiguara. Embora os caminhos percorridos expressem colorações locais específicas, o movimento de expropriação na região é semelhante ao descrito por Marx (2023) no “o capital” quando relata – a expulsão brutal dos camponeses das terras onde vivam pelo Senhor feudal para dar espaço a manufatura flamenga de Lã.

As transformações das terras ocupadas pela fauna, flora e cadeia agrícola local, em produção de matéria prima para as usinas, provocam subsunções, decadências e diásporas nas aldeais Potiguara, modulando as práticas ancestrais, sob novo regime imperial, no qual o capital dinheiro é poder central. O avanço da urbanização nos entornos e sobre aos aldeamentos, são consequências do movimento de territorialização capitalista, bem como, são os promotores dos paradoxos territoriais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Ocorre nesse contexto, a expropriação dos meios de subsistência de boa parcela dos Potiguara, especialmente nos aldeamentos localizados na Terra de Mot-mor, culminando desse modo, na transformação dos mesmos em trabalhadores livres, num sentido de não possuir ou ocupar aos meios de produção. Parafraseando Marx (2023) – é da “liberdade” dos nativos, do desenvolvimento socioeconômico, que data os paradoxos socioterritoriais materiais-imateriais no seio Potiguara. Os verdadeiros pais da pauperização, dos conflitos socioambientais e do etnogenocídio, são as políticas de expansão econômica capitalistas.

As (re)configurações do local as necessidades mercadológicas, podem ser compreendidas como processo de territorialização e desterritorialização, no viés de (re)formulações e do controle sobre espaços vividos, da reconversão da vida ética e de práticas socioculturais, criando dialéticas temporais adjacentes a reorganização das relações sociais. O conceito de territorialização abordado por Fonseca (2022), elucida as subsunções na natureza do lugar, como processo de reestruturação cultural, político, social e econômica de direto impacto nas estruturas dos mundos sociais para o exercício do domínio.

Territorialização remete a amplos processos de reorganização social que, fundados no estabelecimento de uma conexão entre sujeitos sociais e um espaço específico, implicam: 1) na criação de uma nova unidade social e no surgimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) na constituição de normas e instrumentos políticos especializados; 3) na redefinição do controle social sobre terra, recursos ambientais e trabalho; 4) na reelaboração da cultura e de sua relação com o passado (Pacheco de Oliveira, 2022: 17 apud Fosenca, 2022, p.4).

O território, não corresponde apenas a delimitações geopolíticas ou questões naturais, mas também é categoria política e econômica, influenciado por ações antropocenas internas e externas, isto é, ações substantivas da sociedade sobre a natureza, determinando a dinâmica social, política, econômico e ecológica dos espaços. A adequação do meio natural as necessidades humanas, ou melhor, do capital ocorrem a partir de processos de territorialização, instrumento modelador e organizador de estruturas sociais.

Saquet, (2011), traz uma abordagem do espaço, como um resultado da ação humana sobre os meios, o que envolve subsunções, ou seja, a organização do ambiente as necessidades subjacentes de classes ou grupos sociais. É uma questão, cingida de interesses particularizados, rodeada de antagonismos, conflitos entre grupos sociais, forças produtivas, classes sociais dominantes, dominadas e o Estado como instância central de poder. Neste sentido, é necessário acentuar o Estado como categoria dialética, instrumento sujeito a influxos políticos-ideológicos.

No livro Estado e democracia, Singer, Araújo e Belinelli, (2021), conceituam o Estado como uma máquina ágil e forte, mas também fria e sem alma, pelo seu alto nível de coerção, de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

despersonalização e indiferença a valores que se destoam de sua cartilha. Os autores também destacam, seu erguimento em combinação com o capitalismo, na qual um não existe sem outro e vice-versa. O sistema capitalista, carrega um constructo configurado a acumulação da riqueza, a partir da expropriação dos meios de produção e do controle sobre as relações produtivas.

O governo que, ganha também com esta parte, porque o governo recebe imposto da cana de açúcar. Se a gente não ocupa a terra dar renda. O que tá havendo, é que os usineiros estão usando da vulnerabilidade do território. Se eles perde a terra, chega perto do indígena para plantar cana pra eles. No final de ano, esse indígena ganha dois mil, que usa pra auxiliar na sobrevivência de sua família, enquanto as usinas lucram milhões (Liderança Potiguara, 2024).

Grupos sociais que não aderem ao sistema de Estado como modo comum de reprodução e de condução da vida, são considerados frações sociais sem Estado. [...] “o domínio estatal dificilmente se estabelece por livre consentimento; porém com o tempo, os métodos de sujeição abrandam a resistência” [...] (Singer, Araújo e Bilinelli, 2021, p.107). A legitimação do Poder, percorrer o campo da coerção e da validação da violência como meio legal de atuação e expansão do pública e privado sobre os territórios.

Estes aspectos, nos permite compreender o papel do Estado frente a territorialização do sistema capitalista nas Terras Indígenas Potiguara, apontando o movimento de territorialização como um duplo processo articulado entre Estado e Capitalismo. Isto explica, a força e facilidade das instalações em diferentes momentos de empreendimentos capitalistas na região.

Dentro do escopo estatal, situa-se a Fundação Nacional dos Povos Indígenas – A FUNAI, sucessora do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Este órgão indigenista, é criado e instaurado nos territórios indígenas ou em áreas de abrangências, com a designação da promoção e defesa de direitos, proteção territorial, social, de desenvolvimentos de políticas sustentáveis e de mitigação dos impactos socioambientais provocados sobre os territórios indígenas localizados no Brasil. No entanto, sua atuação quanto instância protetiva, de gestão e execução de políticas e recursos, sofre constantes influências políticas ultra neoliberais, sobretudo do miraculoso agronegócio brasileiro.

Embora apresente teor protetivo, há indícios que contrariam essa gênese, deixando suscetível a questionamentos: A final, a FUNAI atua na direção da defesa e proteção territorial, dos modos materiais-imateriais de existir dos Povos originários ou está a serviço do desenvolvimento socioeconômico capitalista?

O Século XX, foi o período crucial para o desenvolvimento capitalista nas Terras Indígenas de Mot-mor e Potiguara, ora com o modelo industrial fabril, outrora nos moldes da produção





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

agroindustrial, o que custou os direitos dos nativos a permanência e ao cultivo da terra, onde empregavam sua força de trabalho e exerciam suas espiritualidades. De acordo com Palitot e Yogi (2022), a Funai no bojo deste movimento, atua como meio de amortecimentos das tensões sociais entre empreendimentos e a população local, em uma direção de estabilização das relações de dominação capitalista.

O resultado desta tríade envolvendo a Funai, os Potiguara e os poderosos capitalistas, é o emblemático episódio de postergação da demarcação das terras indígenas, o que culmina num quadro de subalternidade com agudização das refrações da questão social no âmbito das famílias Potiguara, materializando-se em: violência, pauperização e desigualdade social. Outro fato mais recente, envolve o processo de retomada da aldeia Três Rios, no ano de 2003, em que a FUNAI se põe como força contrária ao movimento prol demarcação e desapropriação de toda a área ocupada pelas usinas de cana de açúcar na região da TI de Mot-mor. Ao passo que este órgão não se posiciona em defesa dos direitos territoriais, tampouco promove a proteção socioterritorial, instantaneamente gera-se agravos no bem viver da população Potiguara, quem vem sofrendo constantes pressões da agroindústria.

O Estado exerce um papel importante para expansão da canicultura em terra Potiguara. O não reconhecimento do território em sua ampla expansão, traz a luz a inclinação capitalista estatal. “A ênfase do governo numa política econômica voltada para atender o grande capital nacional e internacional tem mantido a histórica concentração da riqueza, da propriedade e da renda neste país; **reproduzindo no** [...] outro lado da mesma moeda o pauperismo de grande parte da população brasileira” (Santana, 2012, p. 11).

Para o desenvolvimento capitalista, a transformação de frações sociais em trabalhadores é condição *sine qua non*, pela qual a expropriação dos meios de produção é central para o exercício do domínio, da construção de nova identidade e formas de sociabilidades. O avanço das relações capitalista, materializa-se no contexto Potiguara na espoliação da terra pela cadeia produtiva canavieira e o do trabalho, na precarização dos laços entre comunidades e natureza, num sentido de adaptação do contexto social as necessidades do capital.

O plantio canavieiro expandiu-se velozmente, e as poucas terras disponíveis para a agricultura restaram localizadas nas encostas e nos alagados. Segundo os indígenas da aldeia Três Rios, a usina deixou “ um cerco muito pequeno” e “os trabalhadores ficaram impressados nas vargens”. Em Jaraguá, uma criação de búfalos foi utilizada para assustar as famílias, obrigando-as a se mudar de sítios mais dispersos para o arruado da aldeia. E mesmo o próprio espaço da aldeia havido sido tomado pelo canavial, que vinha até o quintal das casas e constringia as possibilidades de reprodução social das famílias (Palitoto, 2018, p. 209 apud Palitot e Yogi, 2022, p. 381).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A realização dos conteúdos evidenciados pelo capital, percorrem as estruturas estatais como arranjos legais, demonstrando a interdependência do sistema capitalista e do Estado. Isto significa uma relação de dependência mútua, na qual o capital como sistema necessita do Estado, como aparato administrativo dos conteúdos, isto é, das fraturas produzidos a partir das relações sociais constituídas pela lógica mercadológica que permeia o processo de trabalho em configurações capitalistas.

As leis são um conjunto de conteúdos sociais e de costumes que determinam substancialmente a vida em dimensão ética e social em sociedades estruturadas eticamente e politicamente no Estado como poder central. Com isto, os conteúdos e as formas, constituem os indivíduos, num direção cultural e ideológica que os enquadram aos arranjos das relações sociais determinadas pelas estruturas estatais, isto é, capitalistas. Neste sentido, compreendendo o Estado como uma ferramenta deste sistema.

A formação cultural da sociedade, do lugar ou dos espaços vividos, em especial dos Povos Originários, e aqui destacamos o contexto do Povo Potiguara da Paraíba, tem sofrido processos de formações subjetivas, em outras palavras, culturais e ideológicas em decorrência dos avanços capitalistas, com a redução dimensional da vida, a relações mercadológicas, pondo o capital como modo central de ser e existir. A lógica nestes moldes, é centrada no valor, não de uso, mas sobretudo de troca, imbuída do embelezamento da hostilidade e da objetificação da natureza, ou seja, a transformação do que é produzido a partir de práticas de subsistência, em capital dinheiro para o pleno exercício do domínio sobre massas.

O movimento de interiorização do capital no território Potiguara, não pode ser pautado como um processo de desenvolvimento regional, tampouco de emancipação político-econômico e social, materializando-se por meio da Política de Expansão Comercial, sob o ideal de modernização ocidental, é perpetrado para otimização da produção e acumulação de mais capital, na qual a exploração dos recursos espaciais e da força de trabalho, no lócus do território, é primazia para a dilatação das engrenagens capitalistas numa direção de fomento econômico.

Com este constructo, a fábrica têxtil instaurada no território na primeira década do século passado (a Companhia Rio Tinto), exerceu um papel fundamental para a consolidação do capital nas terras Potiguara. Primeiro por proporcionar o fortalecimento do sistema capitalista na região, com aquecimento econômico, envolvendo processos políticos de reorganização territorial, cercamento e exploração das terras, despojamentos dos nativos e restrições ao uso dos recursos naturais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A segunda questão, é em decorrência do advento cosmopolítico e pluricultural desencadeado com a requisição e absorção de mão-de-obra externa exigida para o funcionamento da fábrica de tecidos, atraindo algumas centenas de trabalhadores e famílias para Cidade de Rio Tinto e aldeamentos Potiguara, afetando toda configuração socioterritorial do lugar, o que possibilitou a autopromoção do sistema capitalista, quanto forma ideal e padrão de sociabilidade.

A Cia Rio Tinto, marca a solidificação do sistema capitalista como ordem político-econômica, abrindo caminhos, derrubando as matas, transformando paisagens naturais, criando outras artificiais, determinando os usos e os significados do território. Numa perspectiva holística e integrativa dos processos de espraiamento do sistema capitalista no contexto socioterritorial dos Potiguara, destacamos este como período determinante para emergência e estabilização da atual ordem política-econômica, que vem exercendo domínio no tocante das relações sociais, com reflexos diretos no desenvolvimento de uma nova idade territorial.

A política de expansão econômico na época da Companhia, passa a ocupar 80 km<sup>2</sup>, transcendendo as fronteiras territoriais Potiguara, adentrando em um espaço cercada por matas, capoeiras, tabuleiros, fontainhas, afetando atividades produtivas locais e as formas de organização dos espaços (Cardoso e Guimarães, 2012).

Por volta dos anos 70 por aí assim, ia pescar no Cumaru, ia atrás de uma manga e não podia comer, nem isso a gente podia. A companhia tomava conta, tinha um engenho de cachaça. Ela é quem tinha posse da terra naquela época. Arrendava as terras pra os usineiros. Muitas vezes vieram aqui pra dentro, porque a terra não era demarcada, né? Depois dos anos 80 foi que a terra foi demarcada. Ficaram ainda alguns arrendatários que pagavam a renda da terra pra o Povo. Daí criou essa relação deles com alguns. O que a usina queria fazer comigo, ela não fez, mas fez com a comunidade. Pegou pessoas que tem justamente o pensamento capitalista, ocupando a terra pra plantar cana de açúcar, arrancando as mangabeiras, cajueiros. Não tem mais isso. Esse pessoal que vive da cata da mangaba, vão viver de quê? Esse pessoal não deixou de existir, não, esse pessoal existe. O bolsa família vai alimentar esse povo até quando? O governo não tem um solução pra resolver essa situação, pra substituir a cana de açúcar (Liderança Potiguara, 2024).

As pressões do capital sobre as terras indígenas, é dia uma dinamicidade absurda, se apropriando dos territórios sob várias frentes, envolvendo-se nos espaços de modo que por vezes, só é possível enxerga-las através das lentes da criticidade, de uma olhar para além do que é parente, entendendo os fenômenos sociais não como fatos isolados, mas como um elemento constitutivo dos processos políticos, de uma ordem que permeia e exerce influência em relação aos aspectos sociais, econômicos e ecológicos do lugar.

O Capital é metamorfo e vem se transformando no espaço tempo. A indústria dar lugar as destilarias de álcool entre as décadas de 70 e 80. A implantação das agroindústrias nas terras



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

indígenas, injetam a potencialização da pressão do capital, que com o incentivo estatal se estabilizam e avançam diante do território, e mais uma vez a natureza do lugar é alterada e ajustada, as vontades e ideais das corporações nacionais e transnacionais do agronegócio brasileiro, cujo objetivo é o lucro. A canicultura, passa a ocupar boa parte do território Potiguara, sofrendo violações, não apenas por parte das usinas, mas de plantadores da matéria prima, que incentivados pela estrutura político-econômica, tornam-se a própria representação do capital em forma humana.

Em contrapartida, as ações de poder político reordenam os espaços para a criação de substratos que deem sustentação para estabilização de sistemas de ordem político-econômico, outorgando mudanças cíclicas com escopo da manutenção e expansão do controle sobre as estruturas espaciais, que por sua vez, refratam-se na distribuição dos territórios, da população, dos recursos naturais e artificiais. O capitalismo especialmente, como a atual forma de organização territorial, necessita de metamorfoses periódicas, para retroalimentar sua condição de sociabilidade no mundo, como o modelo padrão de organização societário.

Acessibilidade, é fator determinante para a realização de processamentos de reorganização territorial. Dito de outro modo – ocorre onde for possível o estabelecimento de relações de poder. Nesta direção entende-se a desproteção social, como fator que permite e otimiza as reconfigurações dos espaços, cuja no capitalismo, se dá sob a reformulação e introdução de processos produtivos, criando relações de dependência ao capital, quanto elemento substancial para a existência humana, gerando novas realidades, ajustadas e reajustadas as intencionalidades imprimidas pela lógica ocidental, em que a produção, o consumo, a escassez e a fartura, coexistem mutuamente, num sentido de interdependência para a superexploração dos recursos naturais como direcionamento de potencialização econômica (Silva, 2013).

O anseio capitalista pela expansão material, consiste na transformação de tudo aquilo que é produzido socialmente para o bem comum, em capital e isso envolve, a ressignificação das relações sociais, do território por meio do controle e exploração dos corpos e da natureza. A instauração do modelo ocidental, reconfigura a práxis, o que significa a exiguidade dos costumes, da cultura, do etnoconhecimento em escala local, gerando uma nova identidade, implicando na reestruturação dos processos produtivos e de subsistência, alterando a vida em dimensões materiais e imateriais, reduzindo-a, ao constructo do desenvolvimento econômico.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A canicultura, é a forma mais aparente do capital no contexto hodierno Potiguara, todavia, existem outros modos de apropriação que devem ser compreendidos e que também envolvem o uso da terra. A cooptação política, é uma dessas multifaces que o capital assume, se utilizando da vulnerabilidade socioterritorial para transcendência das barreiras legais instituídas com a demarcação de parte do território Potiguara.

As usina me chamaram em 99, no período que Renan Calheiros era ministro, para uma reunião na Procuradoria da República. As usinas fizeram um pacto. Cheguei lá, fui escolhido por um deles, me chamaram para uma sala pra eles suspenderem o processo que estava na justiça contra a gente por 4 anos, sabe? Em troca, eu mandaria o meu povo plantar cana de açúcar para eles. Eles sabiam da minha vida todinha, onde trabalhava e morava, quantos filhos tinha e o que fazia. Minha vida financeira seria arrumada, porque eles disseram que o que eu ganhava não dava pra manter a minha família, não. Agora eu tinha que mandar o meu povo plantar cana pra eles. Não entrei na deles. Voltei pra mesa, eu me tremia, em frente aos usineiros. E pra eu falar? Quase não saia a voz. Recebi apoio do ministério público, mas da FUNAI nada. (Liderança Potiguara, 2024)

Muitas lideranças, sofrem pressão por parte das agroindústrias, que a partir da década de 80 se instauram nos entornos e sobre os territórios em que habitam os Potiguara da Paraíba. Este processo é otimizado e configurado com lançamento do Programa Nacional de Álcool em meados de 1975 pelo governo brasileiro. O cenário de desproteção, viabiliza a cooptação político-econômica, que por meio da coerção, realiza processos de reorganização dos espaços numa dimensão estrutural, da produção, da economia, dos costumes, ritos e símbolos. A ausência de Políticas Públicas Sociais, que prestem subsídios para substituição do atual modelo de produção engendrado no cenário das terras indígenas Potiguara, é outro fator preponderante para apropriação capitalista.

A emissão de declarações para arrendamento das terras indígenas Potiguara na década de 90 e início dos anos 2000 pela FUNAI, concederam as usinas o direito de ocupar o território, realizar o cercamento dos rios, das matas, das terras, forçando o deslocamento social da população local, reduzindo as formas de subsistência, o que possibilitou o capital toma para si o posto de organismo responsável por gerir a cultura econômica e social, remodelando o modo de existir com direcionamento de converter as relações ancestrais, em relações mercantilizadas e individualizadas, onde o nativo se torna refém dos sistema capitalista. Compelidos, por todo o cenário de desproteção e pressão do Capital, algumas famílias Potiguaras passam a utilizar novas práxis de produção, resignificando o olhar e o tratamento em relação ao uso dos recursos naturais.

Neste cerne, a canicultura se apresenta como uma forma de sobrevivência e de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

enfrentamento a pauperização que cerca o território em decorrência dos avanços das agroindustriais e de todos processo ocasionados pela política de expansão comercial econômica, que adentrando nos espaços, provocam uma série de transformações socioterritoriais, nisto envolvendo a reestruturação do trabalho, dos modos de existência, com agravamentos e engendramentos de vulnerabilidades no constructo étnico espacial dos Potiguara.

Os usineiros viram que as terras estava “desocupada”. Eles não podiam bater de frente com gente (**lideranças**) que defendia a terra. Eles investiram no pessoal que plantava cana, porque é mais fácil botar eles (**indígena**) para brigarem com eles mesmos (**indígenas**) do que eles (**usineiros**) brigarem com a gente. Isso acontece porque o governo em si não tem políticas públicas para substituir a cana de açúcar por outro modelo de produção, por isso chegamos no ponto que estamos hoje. Se no período que a gente estava brigando pela manutenção do território houvesse a proteção e investimentos em Políticas Públicas, a realidade que estávamos vivendo hoje poderia ser outra. (Liderança Potiguara, 2024, grifos nossos)

O movimento de cooptação, é fundante para o controle capitalista, que quando configurado, germina divisões sociais, criando sub grupos no território, sob perspectiva da monopolização do poder sobre os meios produtivos, exercendo o domínio em todo o espaço, sobretudo das relações sociais. O exercício do poder neste sentido, é exercido sob a condução de uma pequena parcela populacional, subjugando o grande contingente a vivencia dos conteúdos germinados pelos processos políticos de dilação econômica correlatas as intencionalidades do sistema capitalista. Não diferentemente no território dos Potiguara, este constructo é plasmado, ganhando robustez com o engendramento do modelo agro através das destilarias de álcool da região.

É um processo que evolve a alienação, por meio do fetichismo e objetificação de tudo aquilo que é necessário ou não para a sobrevivência. Consiste, na concessão da essencialidade da acumulação da riqueza e do consumo exacerbado, um modo de existir que para manter-se, necessita da extração da força, dos recursos naturais e do domínio dos espaços vividos num sentido unilinear, permeando conflitos internos e externos, criando uma falsa ideia de controle, onde na verdade, tudo e todos são controlados pelos grandes capitalistas.

No meio Potiguara cria-se pelas agroindústrias camadas sociais, fazendo uso do aliciamento econômico de cunho coercitivo, o que dar sustentação para o desenvolvimento de uma nova realidade territorial, em que a lógica da exploração passa a ser praticada pela população local, numa perspectiva que permite a estruturação de uma relação imbricada na criação de subgrupos, posicionando de um lado, o grupo dominante, e do outro, o que se sujeitara ao domínio.

É nos meios produtivos que o poder é materializado, envolvendo uma equação que



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

soma-se, terra e produção, como sustentáculos que concedem a equivalência do controle espacial, outorgando dentro do escopo socioterritorial, aos grandes fornecedores Potiguara da cana de açúcar, o domínio mediante as relações sociais e econômicas, permitindo que capital potencialize transformações no constructo territorial, o que acaba por refletir na formação sociocultural do lugar, dando um tom político-ideológico que possibilita as usinas controlar a dinâmica dos espaços, por meio da transformação de alguns nativos em figuras que representam a própria materialização e extensão do capital e de seus interesses numa dimensão sociopolítica e econômica que reorganiza todo o espaço na direção de plasmar o desenvolvimento do pensamento capitalista no seio das relações que formulam o território e sobretudo, reconfigurando as formas de uso dos recursos espaciais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Holisticamente, o hodierno contexto dos Potiguara é produto dos diversos momentos de territorialização do capital, quanto política de expansão econômica comercial. A Desproteção social, é o que permite a realização de processos de reorganizações nas estruturas do Território, reconfigurando a dinâmica espacial aos substratos do mercado. A formação cultural, passa a ser plasmada para a obtenção do controle sobre os corpos e a natureza, direcionando as esferas dimensionais da vida, ao campo das relações mercadológicas, permitindo que o capital se torne, o modo central de organização do Povo numa perspectiva sociopolítica, econômica e de produção, gerando uma nova identidade no âmbito territorial.

No constructo da nova ordem, a canicultura é objetificada e embelezada, adquirindo status hegemônicos, como forma padrão de atividade socioeconômica e de subsistência. As ocupações da cana de açúcar se dilatam com a implantação das usinas, que realizam o cercamentos das terras, rios e das matas, atraindo a classe arrendatária para o território com rebatimentos no modo de ser e existir dos Potiguara. A reconversão do trabalho e a reestruturação da produção, fazem parte das configurações da cultura instaurada e espreada, apresentando a canicultura como forma rentável e de provisão as necessidade cotidianas.

Velozmente o capital avança sobre os espaços, transformando as matas e tudo que é natural e ancestral, causando privação ao uso dos recursos naturais, o que impele o nativo a apropriação de uma agricultura baseada no cultivo da cana de açúcar. Para os Potiguaras que sobrevivem da terra, as oportunidades de acesso aos mínimos sociais, passam a ser norteados pela economia, que no cenário atual, é quase que inexistentes fora do âmbito da cadeia produtiva



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

da monocultura canaveira, considerando o aspecto da desproteção social, visível na ausência de políticas de proteção territorial, de fomento de alternativas e estímulos estatais, quanto a prática agrícola fundada no modo de sociabilidade próprio da natureza local, permitindo assim, o agronegócio ditar as regras no meio socioterritorial Potiguara.

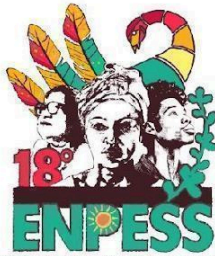
No cerne desta realidade perpetrada pelos processos de reorganização territorial, de caráter político-econômico e social, cria-se uma nova forma de relacionamento entre os capitalistas e as aldeias potiguaras, os potiguaras e a natureza, onde o lucro e acumulação do capital dinheiro, é ponto factual do ser e existir, apoiando-se num constructo de viés econômico, de exploração dos recursos espaciais e humanos, reconvertendo a terra como um produto capaz de produzir e reproduzir exacerbadamente a mais valia.

A relação do fornecedor Potiguara com agroindústria é restritamente relacionada ao campo financeiro, perpassa pelo próprio financiamento da matéria prima, que com amplo comércio de absorção e promoção de políticas de fomento monetário, estimula o produtor a produzir em escalas cada vez maiores, o que significa a substituição das atividades ancestrais, alterando as paisagens, destruindo as matas, tabuleiros, capoeiras, fontainhas e toda biodiversidade existente, para dar lugar aos canaviais.

A possibilidade de retorno econômico, embora precarizado especialmente para parcela dos pequenos fornecedores, em junção com as vulnerabilidades do território, é consubstancial para movimento de cooptação política-ideológica, onde a exploração espacial, é *sine quo non* para o desenvolvimento e controle capitalista. A inclinação estatal as políticas de expansão econômica, produz a desproteção socioterritorial, possibilitando que o capital ocupe ferozmente os espaços em que habitam os Potiguara, em detrimento a cultural, dos costumes, símbolos e ritos locais, dando continuidade ao etonegicídio iniciado pelos invasores a 524 anos aos Povos Tupis e que hoje, é materializado nos processos políticos-econômicos prol agronegócio arquitetados pela bancada ruralista que atua em defesa dos interesses dos grandes proprietários rurais e contrários ao direito de existir dos Povos Originários, em seus locais sagrados, na terra em que seus ancestrais viveram e que na atualidade habitam seus remanescentes. O modelo agroindustrial ocupa o território Potiguara e a desproteção social, é o sustentáculo do atual contexto socioterritorial vivenciado pelos nativos.

## REFERENCIAS





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ANGUS, Ian. **Enfrentando o antropoceno: capitalismo fóssil e a crise do sistema terrestre** / Ian Angus; tradução Glenda Vicenzi, Pedro Davoglio. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2023. 288 p.

CARDOSO, Thiago Mota; GUIMARÃES, Gabriela Casimiro. (Orgs). **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba**. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012. (Séria Experiências Indígenas, n.2) 107p. ilustr.

FONSECA, Marina de Barros. **A reconquista do território: etnografias do protagonismo indígena contemporâneo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2022. 438.p

MARX, Karl, 1818-1883. **O capital: crítica da economia política**: livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx; tradução Rubens Endrele. – 3.ed – São Paulo: Boitempo, 2023.

PALITOT, Estêvão Martins; YOGI, Euriko dos Santos. Dormindo com o inimigo ou prosperando nas ruínas? Dilemas da plantation canavieira entre os potiguara da Paraíba. *In*: organização Marcelo Artur Rauber... [et al.]. **Agronegócio e desconstrução de direitos territoriais de povos etnicamente diferenciados: ação política e efeitos sociais das formas contemporâneas de exploração agrária**. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

SANTANA, Raquel Santos. **Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e serviço social**, 2012.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de territórios e territorialidade**. Revista Geográfica de América Central. Número Especial EGAL, 2011 – Costa Rica.

SILVA, Antenor Alves. **Jean Gottmann e reordenamento territorial mundial em tempos de “nova ordem”**. ACTA Geográfica, Boa Vista, v.7, n.15, mai./ago. de 2013. pp.07-18

SINGER, André; ARAÚJO, Cicero; BELINELLI, Leonardo. **Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política** - 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.